



A docência e seus desafios: um olhar crítico acerca da comercialização da educação

Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva¹

Resumo

A arte de ensinar faz parte de um campo fértil para discussões, tendo em vista que as políticas educacionais vigentes têm realizado estudos relevantes que muito corroboram para a fertilização deste solo. Dessa forma, o presente trabalho trás como centro de sua discussão um caloroso debate com relação a esta formação, seus desafios e, ainda, um olhar crítico com relação à comercialização da educação, em especial, a superior. Julgou-se necessário que para esta pesquisa fosse utilizado apenas a consulta de campo bibliográfico. Este estudo fora construído a partir de alguns questionamentos com relação às políticas de formação docente, tais como o distanciamento que existe entre a teoria e a prática educacional; as péssimas condições de trabalho a que o docente se submete; a desqualificação, ainda, de alguns professores que se encontram em sala de aula mesmo com a ampliação do ensino superior; a criação de programas do Governo Federal para a educação e o fato de esta ainda encontrar-se em condições precárias e a remuneração desleal para com os professores. Trata-se de uma pesquisa com embasamento em teóricos que possuem estudos desenvolvidos na Educação, dentre eles: Tardif (2010); Gati (2009); Oliveira (2003); Ferri (2010); Carvalho (2006), entre outros. Vale ressaltar, ainda, que este debate não se deu por encerrado, tendo em vista que o mesmo se trata de uma pequena amostra de uma pesquisa ainda maior que tem se desenvolvido ao longo de um ano e meio. Trata-se, portanto, de um trabalho de pesquisa para fins de aquisição do título de mestre em Desenvolvimento Humano, cujo tema encontra-se dissolvido nessas linhas que serão desveladas ao longo da leitura discursiva deste artigo, um dos capítulos da dissertação do supracitado mestrado.

¹ Graduada em Letras pelo Centro de Ensino Universitário do Maranhão - UNICEUMA; Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Atenas Maranhense; Mestranda em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté - UNITAU - katifrenetik@hotmail.com.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Docente. Formação.

The teaching and its challenges: a critical look about commercialization of education

Abstract

The art of teaching is part of a fertile field for discussion, given that the current educational policies have conducted relevant studies that corroborate much of this soil for fertilization. Thus, this work back as center of his discussion a heated debate regarding this training, their challenges, and also a critical regarding the commercialization of education, in particular higher. It was deemed necessary for this research was used only for consultation of bibliographic field. This study was built from some questions regarding the policies of teacher education, such as the gap that exists between theory and educational practice, the appalling working conditions that the teacher submits; disqualification, still, some teachers who are in the same classroom with the expansion of higher education, the creation of federal government programs for education and the fact that still find themselves in precarious conditions and remuneration unfair to teachers. This is a survey of grounding in theoretical studies that have developed in education, including: Tardif (2010), Gati (2009), Oliveira (2003), Ferri (2010), Carvalho (2006), among others. It is worth noting, though, that this debate has not closed, given that the same it is a small sample of a bigger research that has developed over a year and a half. It is therefore a research paper for the purpose of acquiring a Master's degree in Human Development, whose theme is dissolved in these lines will be unveiled along the discursive reading this article, a chapter of the aforementioned masters dissertation .

Keywords: Educational policies. Lecturer. Training.

O docente é um dos principais responsáveis pelo bom desempenho de seus alunos ao longo de sua formação, tendo em vista que este ainda é considerado um formador de opiniões, pois o seu trabalho tem papel central do ponto de vista político e cultural.

Ao escolher a carreira docente o indivíduo precisa estar ciente de sua escolha, pois esta, por sua vez, é uma profissão que requer bastante dedicação, aperfeiçoamento constante.

O Brasil é um dos países que possui uma quantidade considerável de professores, mas, ainda assim, apresenta com relação à qualificação do ensino e aperfeiçoamento docente estatísticas abaixo do esperado.

A falta de incentivo, baixos salários e, em decorrência disso, a sobrecarga deste professor, são alguns dos problemas enfrentados pela educação brasileira implicando, diretamente, na qualidade da educação.

Os professores são uma categoria profissional mais homogênea quanto ao nível de escolaridade, um dos requisitos que, ao lado da grande regulamentação que cerca o exercício da profissão docente, contribui para a sua organização legal e corporativa e lhes concede um estatuto reconhecido socialmente (GATTI; SÁ BARRETO).

A comercialização da educação

O docente ainda é uma classe pouco valorizada, tanto com relação aos aspectos econômicos, quanto sociais, por esse motivo, uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2006, revelou que 7,2% dos professores brasileiros ainda têm a docência como “um bico” (GATTI; SÁ BARRETO).

Os salários, muitas vezes abaixo da tabela, fazem com que os professores busquem outras fontes de renda, ou mesmo outras instituições escolares onde possam desenvolver suas atividades enquanto docentes para, assim, complementarem sua renda mensal. Esta informação pode ser perfeitamente verificada através dos dados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica 2007 (BRASIL. Inep/MEC, 2009, p. 24), no qual se computou professores individualmente e não funções docentes. Verifica-se que 16% dos professores brasileiros atuam em duas escolas, e 3,1% em mais de duas (GATTI; SÁ BARRETO).

Quanto mais trabalhar, mais exausto este docente se encontrará ao final do dia, ou seja, o aluno que fizer parte da escola onde este professor incluído nos 16%, ou mesmo nos 3,1%, leciona, aquele sofrerá as consequências da exaustão deste profissional.

Alguns autores afirmam que os professores vivem em seu trabalho um processo de proletarização (ENGUITA, 2000), ou seja, o trabalho docente, na atualidade, impõe ao professor situações dessa natureza, onde este se sente refém da necessidade de ir em busca de outras fontes de renda acarretando, dessa forma, no individualismo/isolamento do professor, reforçados pela própria estrutura escolar. O professor tem vários tipos de trabalhos individuais e realiza suas atividades em locais diferentes, em função disso, o tempo que lhe sobra é pouco para estar com os colegas em ambientes de troca.

O docente precisa estar sempre atualizado, buscando novas estratégias de ensino para que possa ser capaz de realizar um trabalho considerado relevante na vida de seu discente. Dentre essas atualizações faz-se necessário mencionar a sua formação acadêmica, uma das principais responsáveis pela ampliação, diversificação do universo educacional.

TABELA 1.5 – Educação básica: nível de instrução dos professores no trabalho principal, segundo níveis de ensino* – Brasil, 2006

Nível de ensino	Anos de estudo					Frequentam escola		Cursos que frequentam (%)			
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Total	N	%	Ensino médio ou mais baixo	Superior	Mestrado ou doutorado	Total
Ed. infantil	1	16	13	2	307.626	74.642	24,3	3,2	94,9	1,9	100,0
Ens. fundamental	1	17	14	2	1.700.373	391.167	23,0	11,5	81,4	7,1	100,0
Ens. médio	12	16	16	1	379.087	50.465	13,3	-	62,2	37,8	100,0
Total	1	17	14	2	2.387.086	516.274	21,6	9,2	81,5	9,3	100,0

Fonte: IBGE-Pnad, Microdados.

* excluído educação especial.

Através do quadro acima, percebe-se que a formação acadêmica tem se tornado uma realidade bem próxima dos professores do século XXI.

A educação precisa ser vista, analisada, discutida por educadores como:

[...] o meio pelo qual se pode promover a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos e a sociabilidade, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental – para citar alguns dos principais pontos que integram a agenda das sociedades contemporâneas – e também afirmar, como o faz Sacristán (2001), que a fundamentação da democracia, o estímulo ao desenvolvimento da personalidade do sujeito, a difusão e o incremento do conhecimento e da cultura em geral, a inserção dos sujeitos no mundo, constituem fins e objetivos que dão sentido à educação (FERRI, 2010, p.157-8).

Com esta compreensão sobre educação e ao conceber que o objetivo fundamental da educação escolar, e em especial do ensino superior, é o de desenvolver intelectualmente seus alunos, pode-se, com segurança, afirmar que a função da Universidade na

qualificação da Educação Básica é a de subsidiar os acadêmicos dos cursos de licenciatura a aprender a pensar sobre a escola, os processos de escolarização e a profissão docente. A exigência do mercado de trabalho para com a qualificação da educação tem se ampliado constantemente. Em função disso, muitos professores têm se sentido obrigados a irem em busca de uma formação acadêmica condizente com a sua atuação. Ou seja, a conscientização, com relação ao papel da educação passa, nesse momento, a ficar de lado, tendo em vista que o que vai predominar, nesse contexto, é a exigência do mercado de trabalho, a necessidade capitalista de se “qualificar”, embora, em alguns casos, esta qualificação se dê de forma aligeirada.

Justifica-se tal exigência com a ideia de retirar a educação de uma crise que se arrasta há longos anos, mas o que não se discute, ou ainda se discute pouco, é que tal crise dá-se em função da sobrecarga de funções que são designadas ao professor, em especial o da rede pública de ensino. De acordo com Oliveira (2003):

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de desempenhar papéis que estão para além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar as funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante.

Ou seja, a própria escola, em função de sua desorganização, é responsável pelo desencadeamento desses sentimentos por parte do professor.

Embora esta formação docente seja uma necessidade indiscutível, vale ressaltar que algumas universidades não realizaram um planejamento capaz de suprir as expectativas que foram geradas em torno da ampliação do ensino superior brasileiro, assim como a própria estrutura curricular que versa os cursos de licenciatura.

Ao realizar uma análise da formação de professores no momento atual isso implica conhecer as condições de produção do discurso hegemônico das políticas de formação de professores: a profissionalização docente é entendida como a principal estratégia para o enfrentamento dos dilemas da atualidade, mais precisamente o dilema da produção para o desenvolvimento econômico. “O que está em jogo não é apenas qualificar mais, mas construir um ‘tipo novo’ de professor, cuja profissionalidade se ancore, dentre outras,

nas referências da adaptabilidade e eficácia social” (CAMPOS, 2002, p. 59). Ou seja, o que faz a diferença, de acordo com Kuenzer (1999), com relação à qualificação para o trabalho passa pela ideia de formação geral que possibilite capacidades de acesso, escolha e compreensão de informações, o que exige um tempo de escolarização maior e diferenciado, visando mais o aprendizado de habilidades cognitivas do que de conhecimentos já constituídos nas diversas ciências. Essa ideia ainda não faz parte de algumas IES, tendo em vista que alguns cursos de graduação, ao longo dos tempos, têm diminuído o seu período de conclusão por uma questão de economia de tempo e dinheiro.

De acordo com Tardif (1991), faz-se necessário que a formação profissional se baseie na epistemologia da prática, ou seja, “o estudo do conjunto de saberes utilizados realmente pelos profissionais [professores, no caso], em seu espaço de trabalho cotidiano, para o desempenho de todas as suas tarefas”. Assim, de acordo com essa perspectiva, a formação do professor contribuiria para dar novo significado também à escola e à formação docente. Nesse contexto, torna-se necessário admitir que a formação inicial, por mais indispensável que seja e por melhor qualidade que tenha, é intrinsecamente inacabada e que os primeiros anos de exercício profissional envolvem importantes novas aprendizagens, que vão além da simples aplicação do que foi estudado na Universidade.

A formação em nível superior está associada à ideia de aprendizagem de teorias que não conseguem explicar a realidade escolar, é sob essa ótica que existe a necessidade de se reformar os currículos dos cursos de Licenciatura para que estes possam apresentar um perfil mais dinâmico e prático para com a realidade que versa o meio educacional. A ausência de uma formação teórica mais firme para que se possa compreender a realidade educacional geralmente leva os professores à repetição de modelos e à dependência de propostas e projetos educacionais construídos por outros, tendo em vista que estes não possuem elementos para compreender os fundamentos de seu processo de trabalho, ou seja, falta autonomia com relação a essas questões por haver falta de conhecimento de causa.

Considera-se como sendo a grande tarefa do curso de formação levar o professor/futuro professor da Educação Básica a dominar os conteúdos específicos de suas ciências e a repassá-los com competência aos alunos, garantindo que estes “aprendam a aprender”.

Vale ressaltar, ainda, que com relação à competência docente, esta é entendida como uma forma de atuação, motivo este que justifica a defesa de tal discurso: o professor competente é aquele capaz de encontrar uma solução rápida para cada problema imediato da sala de aula. Agindo assim a formação fica circunscrita ao universo do ensino e da aprendizagem e aí se corre o risco, como não há uma construção de sentidos mais amplos, de que esta prática seja mecânica e alienada, teoria dissociada da prática.

Nesses moldes, as universidades brasileiras desenvolveram, com o aval do Governo Federal, programas de ampliação e inclusão do Ensino Superior como, por exemplo, o PROUNI – Programa Universidade Para Todos – que possui como alvo estudantes carentes do ensino médio público que serão beneficiados por bolsas de estudos em Instituições de Ensino Superior privado com valores de 20% a 100% de desconto nas mensalidades provocando, assim, uma crescente procura pelo ensino superior nas IES brasileiras, pois estas receberiam uma série de isenções, imunidades e descontos fiscais concedidos pela União por oferecer um número determinado de bolsas para estes estudantes (CARVALHO, 2006).

O que pode ser perfeitamente observado é que o programa supracitado nada mais é do que uma estratégia de comercialização dos impostos cobrados às universidades particulares, o chamado incentivo fiscal, ou seja, da não cobrança de certos tributos criaram-se bolsas de estudos aos estudantes que se incluam no grupo dos que podem fazer parte deste programa gerando, assim, mais cursos e mais vagas na referidas instituições.

É nesse contexto que surge uma quantidade considerável de IES no Brasil com programas educacionais abusivos, com pró-graduação, a nível de especialização, com grandiosas facilidades ocasionado, assim, numa formação deficiente, cheia de lacunas que não tiveram como ser preenchidas.

A partir do governo Lula, visando diminuir a inflação e sanar a dívida externa, houve o aumento da carga tributária e o corte nos gastos públicos. Os investimentos públicos perderam suas características de fomentar novas políticas e recursos nas áreas educacionais, da saúde e diversos outros setores. A renúncia fiscal, o financiamento educacional e o PROUNI tornaram-se estratégias fundamentais para amenizar o impacto

da falta de investimento e das crises nos mercados nacionais e internacionais nas instituições educacionais privadas e filantrópicas (CARVALHO, 2006).

Com relação à formação acadêmica dos professores vale ressaltar que os mais altos percentuais de “estudantes” encontrados entre os docentes da educação infantil: 24,3% declararam frequentar a escola, seguidos de 23% dos professores do ensino fundamental e 13,3% do ensino médio. Não é desprezível, dessa forma, a parcela de professores da educação básica (21,6%) que continua estudando, dentre eles sobressaindo os da educação infantil, que também são mais jovens e, em sua maioria, pretos e pardos. Que cursos frequentam esses profissionais? A maior parte (81,5%) frequenta cursos superiores, sobretudo os docentes da educação infantil e do ensino fundamental. Mas merecem ser destacados os 9,3% que fazem mestrado e/ou doutorado, em que sobressaem os do ensino médio (37,8% dos docentes desse nível de ensino que se declararam estudantes) e, na outra ponta, outros 9,2% que fazem cursos de nível médio ou mais baixo. Neste contingente pesam os professores do ensino fundamental, 11,5% dos quais frequentavam nível médio ou mais baixo (GATTI; SÁ BARRETO).

Ao contrário do que muitos pensam, o professor não é um “pobre coitado” que escolheu a docência por não ter do que viver, muito pelo contrário, o docente é um profissional e, como qualquer outro, tem procurado se qualificar cada vez mais, tendo em vista que esta informação pode ser perfeitamente evidenciada pelos dados do parágrafo anterior. “A importância dos professores para a oferta de uma educação de qualidade para todos é amplamente reconhecida. A formação inicial e continuada, os planos de carreira, as condições de trabalho e a valorização desses profissionais, entre outros aspectos, ainda são desafios para as políticas educacionais no Brasil” (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.11), ou seja, o Brasil, embora já tenha apresentado propostas interessantes, vezes ousadas, com o intuito de melhorar a qualificação profissional docente e melhoria do ensino no país, ainda assim, encontra-se um tanto aquém do poderia ser considerado satisfatório.

Por um curso de licenciatura mais prático

Diante do que fora discutido com relação à formação docente, as lacunas que ainda versam o seu currículo e a comercialização do ensino superior, faz-se necessário, portanto, que algumas sugestões, com o intuito de melhorar essas deficiências, sejam aqui tabeladas. Vale ressaltar que tais sugestões surgiram a partir de estudos realizados acerca do estudioso Maurice Tardif.

Formação e identidade profissional do professor

A educação é um processo antropológico, que começa antes e se prolonga além da escola. Esta instituição partilha com outras entidades a responsabilidade de orientar o desenvolvimento da infância e da juventude, mas tem a função específica de fazer mediação entre o projeto educacional da sociedade como um todo e as aspirações, expectativas e necessidades dos alunos individuais. Assim, o professor tem de ser formado para ser, sobretudo, um mediador, processo altamente complexo em uma sociedade marcada pela desigualdade social como a nossa.

Experiências anteriores, quer pessoais, quer profissionais, do formando devem ser consideradas e valorizadas, num quadro de inclusão e de multiculturalidade. Um currículo atual para a formação de professores deve conter oportunidades de enriquecimento, fruição e ampliação cultural dos cursistas.

A escola é o *locus* por excelência da formação continuada e deve ser um espaço importante, na formação inicial. É essencial que universidades ou institutos de formação de professores estabeleçam parcerias com escolas da rede de educação básica, assegurando espaço de prática pedagógica para seus alunos e, como contrapartida, oferecendo serviços especializados, para colaborar com a formação continuada dos docentes das instituições parceiras. No caso da formação inicial em serviço – tão frequente no momento atual –, o que à primeira vista pareceria uma limitação, passa a ser uma vantagem: estudando e trabalhando ao mesmo tempo, o professor tem mais oportunidades de receber orientação e acompanhamento da prática e, sobretudo, tem um material mais rico para completar o ciclo da ação - reflexão - ação.

A aprendizagem é um processo interativo, ao mesmo tempo individualizador e socializador, e a formação deve prever tempos e espaços curriculares para a interação e o trabalho coletivo. Em uma linha que não é estranha ao pensamento de Paulo Freire, fica subtendido que os professores não poderão ser tratados como receptores passivos, mas sim como pessoas com capacidade crítica, cuja experiência será considerada um valor acrescentado ao processo de formação, e que deverá servir como ponto de partida, para aprimorar sua ação profissional e estimular sua participação no processo de melhoria da sociedade.

A atual concepção de conhecimento – em que a metáfora da árvore é substituída pela metáfora da rede, relativizando a importância dos pré-requisitos e traçando múltiplos percursos alternativos de aprendizagem – implica não uma interdisciplinaridade “natural” ou automática, mas a construção dela, em função do profissional que se deseja formar, sendo necessário, neste caso também, prever tempos e espaços curriculares adequados para o trabalho interdisciplinar.

Nesse contexto, a avaliação é concebida como etapa do processo de ensino e aprendizagem, compreendendo um momento diagnóstico inicial, um percurso de acompanhamento formativo e um momento de balanço, que conclui uma etapa e, simultaneamente, dá início à seguinte.

Ainda considerando a concepção atual de conhecimento, o currículo deve permitir a ação em espiral, retomando e aprofundando os conteúdos e as práticas, em diferentes momentos. Assim, os alunos poderão ter várias oportunidades de recuperação e, até o final do curso, o tempo será válido para o cumprimento dos requisitos vinculados ao perfil de profissional buscado e, portanto, necessários para a certificação do professor.

Na formação do professor, a ação educativa não pode ser fragmentada em atos isolados. Deve, sim, constituir um processo contínuo de ação – reflexão - ação, no qual a prática não se dissocia da teoria, desde o primeiro momento do curso.

A antiga noção de prática de ensino dá lugar à concepção de prática pedagógica, mais ampla, que articula a ação docente na sala de aula, na escola, na profissão, no sistema de ensino e na sociedade.

O professor, enquanto especialista, precisa:

- conhecer os conteúdos curriculares do Ensino Fundamental, compreender seu modo de produção, seus princípios, desdobramentos e implicações, de forma a conseguir uma adequada transposição didática dos conhecimentos para a situação escolar;
- saber como articular diferentes conteúdos, tratando o conhecimento de forma interdisciplinar e adequando-o às experiências culturais e às condições de aprendizagem dos alunos;
- dominar seu instrumental de trabalho, de modo a ser capaz de planejar, desenvolver e avaliar situações contextualizadas de ensino e aprendizagem, e outras atividades pedagógicas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- saber valer-se das novas tecnologias da comunicação e da informação, incluindo a Informática;
- interagir com as famílias dos alunos e com a comunidade em que se situa a escola;
- desenvolver uma mentalidade aberta às mudanças que o leve a ser inovador em suas ações e no trato com os currículos e as situações de ensino e aprendizagem.

Como pensador, é essencial que o professor:

- compreenda a natureza da educação e da escola em suas diferentes dimensões – local, regional, nacional e mundial;
- conheça as experiências culturais de seus alunos e saiba situá-las no quadro da aprendizagem e do desenvolvimento humano;
- seja capaz de produzir saberes pedagógicos e de contextualizar sua própria prática, relacionando-a de forma crítica aos alunos, à comunidade e à sociedade;
- saiba administrar sua própria formação;
- compreenda a cultura contemporânea e possa fruir dela em suas diversas manifestações: literatura, cinema, teatro, televisão, artes plásticas etc.;
- desenvolva sua capacidade crítica em função da evolução da sociedade globalizada.

Como cidadão, é fundamental que o professor:

- participe da dinâmica social, percebendo-se como pessoa que tem direitos e deveres comuns a todos e, ao mesmo tempo, como um profissional que tem um campo de atuação, um instrumental de trabalho e um *ethos* específicos;
- comprometa-se com a democratização e a qualidade da educação escolar disponibilizada para todos;
- atue, efetivamente, em favor da construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais livre, sem exclusão.

Conclusão

A comercialização da educação e a formação docente são dois temas que despertam a curiosidade, o interesse de alguns pesquisadores, por esse motivo é tão interessante a realização de uma pesquisa nesta área.

As discussões aqui desenvolvidas fazem parte de meses de pesquisas bibliográficas e, ainda assim, não contemplaram todas as circunstâncias que envolvem o assunto em debate pelo fato de este possuir uma bibliografia bastante diversificada por ser este um tema atrativo, polêmico, atual.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. **O que dizem as pesquisas sobre formação de professores?**

Um estudo comparativo da produção acadêmica de 1993 a 2003. São Paulo: PUC-SP, 2004.

CAMPOS, R. de F. **A reforma da formação inicial dos professores da Educação Básica nos anos de 1990. Desvelando as tessituras da proposta governamental.** Tese de doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. **Sobre as Relações Sociais Capitalistas** in LIMA. Júlio César França; NEVES, Lúcia M. W. (orgs). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil**

Contemporâneo. Organizado por Júlio César França Lima e Lúcia Maria Wanderley Neves. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **“O PROUNI NO GOVERNO LULA E O JOGO POLÍTICO EM TORNO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR”**. S.l.: 2006

ENGUITA, M.F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. In: **A valorização do (a) trabalhador(a) em educação**. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. julho/2000, p. 32-43.

FERRI, C. Educação Geral: um desafio pedagógico para o ensino superior. In: PEREIRA, E.M.de A. **Universidade e Currículo: perspectivas de educação geral**. Mercado de Letras, 2010.

GATTI, B.A; BARRETO, E.S. de S.; ANDRÉ, M.E.D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

KUENZER, A.Z. As políticas de formação: a construção da identidade do professor sobrance. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XX, n. 69, 1999.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A. (Org.) **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TARDIF. Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. São Paulo. Vozes, 2012.